

Não esperar pelo governo

Os Kulina, ou Madija, não esperam pelo governo federal para garantir seu território tradicional. Há mais de um ano, eles próprios vêm executando a demarcação de suas terras, com assessoria do engenheiro agrimensor José Otávio Parreira, e apoio do Cimi-Amazonia Ocidental e da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas.

No início do ano passado, os Kulina da Área Indígena do Médio Juruá, no Amazonas, assinaram convênio com a Fundação Nacional do Índio, válido por quatro anos, prazo estabelecido para a conclusão da autodemarcação. A área tem 770 mil e 300 hectares e fica localizada entre os municípios de Envira, Eirunepé e Ipixuna. Em quatro semanas, eles abriram 70 quilômetros de picadas, numa média de 10 quilômetros por dia. As técnicas são repassadas por Otávio, que considera excelente o nível de aprendizado da comunidade.

Nesta entrevista ao jornalista J. Roshá, do Cimi-Norte I, José Otávio conta como surgiu a idéia do convênio, as dificuldades encontradas no trabalho da autodemarcação e as mudanças verificadas pela comunidade.

PORANTIM — Como surgiu a idéia do convênio?

JOSÉ OTÁVIO — Veio da necessidade de não criar um conflito desnecessário com o poder público, no sentido de se encontrar uma solução para o problema.

P — Em que consiste exatamente esse convênio?

JO — Seu objetivo principal é a demarcação da terra indígena do Médio Juruá e, no caso, é tido pela UNI-Acre, Coiab e Cimi como uma experiência, uma pesquisa para essa alternativa. Tem três características: a política, que é a forma de relacionamento entre o poder público e as entidades não-governamentais de apoio à causa indígena, uma relação extremamente saudável e proveitosa. Segundo, a pesquisa técnica propriamente dita. E, em terceiro plano, o repasse tecnológico para a comunidade, visando a que ela utilize o conhecimento da sociedade branca para se autogerir na questão agrária. Isso passa pela topografia, cartografia, imagem de satélite, análise florestal...

P — Como as entidades de apoio estão recebendo o trabalho desenvolvido pelo convênio?

JO — O repasse tecnológico é tido como uma terceira fase mas, para as entidades, é a primeira fase. E aí está a maior importância do objeto desse convênio. A demarcação convencional fica 60% mais cara do que estamos conseguindo nesta demarcação inicial — tendo em vista o inves-

timento na aquisição de equipamentos como o GPS (Global Position System, Sistema de Posicionamento em relação ao Globo), computadores, notebooks, rádio de comunicação etc. Eu sinto que as entidades que apoiam este trabalho entendem que o ganho maior é da comunidade, porque a partir do momento em que assimila as técnicas topográficas, cartográficas e outras, ela passa a ter a possibilidade de fazer planejamentos.

P — Qual é a participação dos índios?

JO — É total. Para se ter uma idéia, quando do repasse tecnológico da cartografia, ou seja, uma visão macro da sua área, chegando à visão micro da aldeia, do seu roçado — através da foto do satélite, mapas ampliados, através de bússola, teodolito, GPS —, ela passa a ter o domínio total da situação. A comunidade é que define onde, quando e como vai ser feita a picada, qual a fronteira vai ser trabalhada, de que forma, em que mês a alimentação, os recursos humanos serão fornecidos.

P — Algumas pessoas, imbuídas de preconceitos, colocam em dúvida a capacidade de os índios assimilarem o conhecimento tecnológico. Como os Madija estão assimilando as técnicas para a autodemarcação?

JO — Eu pressuponho que as pessoas que têm essa visão provavelmente nunca tentaram ensinar nada para eles e, se o fizeram, tentaram de forma errada. O aproveitamento, no caso, tem sido superinteressante porque a assimilação é praticamente instantânea. Para se ter uma idéia: uma questão básica da topografia é o azimute, ou seja, um ângulo dentro de uma circunferência, que toma como referência o Norte; o rumo de onde se vai partir em relação a esse Norte seria como uma pedaço de

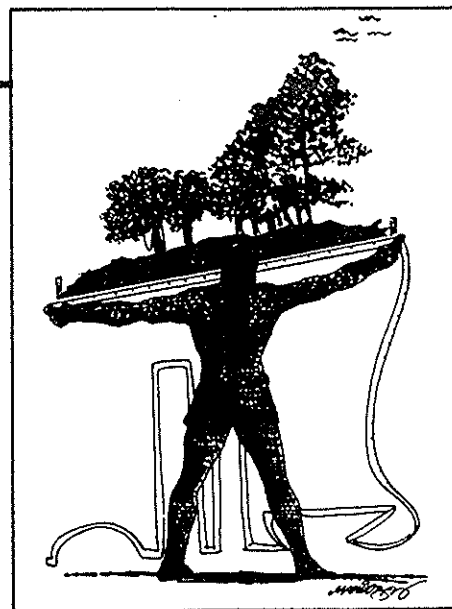
queijo, uma fatia de queijo redondo. Em geral, quando se ensina numa Universidade, você leva de uma semana a 15 dias para se obter a assimilação total por parte dos alunos. Numa aldeia, você consegue isso em duas horas ou três. É lógico que aí tem a familiaridade das comunidades indígenas com relação ao espaço numa visão horizontal, por caçarem, pescarem, andarem... Devido à vida sedentária, o homem urbano não tem essa relação. Ele tem quadras, quarteirões, apartamentos e já crescem com uma visão bitolada do espaço.

P — Houve alguma resistência por parte da comunidade no momento em que se partiu para o trabalho prático de ensinar o manuseio das técnicas e até da noção de espaço da área deles?

JO — Houve por parte dos mais idosos. Pela sua própria cultura, eles tinham receio de se sentirem cercados como boi. Com o passar do tempo e com a assimilação pelos mais jovens das técnicas e, principalmente, com a visão política das relações entre a comunidade e os circunvizinhos, eu pude notar que os mais velhos puderam ter uma visão de que, embora eles possam, hoje, garantir a posse de sua terra, eles visualizaram o futuro. Eles sentiram que a demarcação será feita para a comunidade de amanhã: para os seus filhos e netos. Isso acabou dando um entusiasmo muito grande nos mais jovens porque os mais velhos acabaram, num segundo momento, interpelando-os no sentido de motivá-los a trabalharem nessa demarcação.

P — Houve alguma resistência por parte dos posseiros e fazendeiros que ocupam a área indígena?

JO — Tem posseiros no rio Eiru que estão lá motivados por pressão



AUTODEMARCAÇÃO

política do suposto proprietário da área que, até o momento, não apresentou nenhum documento de posse e, ainda, incita os seringueiros a permanecer ali a fim de receberem indenização da Funai. Os posseiros e seringueiros que estão no rio Eiru esperam que o seringalista lhes dê alguma recompensa. Eu não acredito. O processo de indenização da Funai é muito lento e quando os posseiros forem receber vai haver confronto. Não entre índios e seringueiros, mas sim entre os seringueiros e os supostos proprietários dessa área.

P — Que dificuldades você encontrou para desenvolver a autodemarcação junto com os índios?

JO — As dificuldades normais de um trabalho na floresta amazônica. Trabalhamos num divisor de águas onde não havia água; o transporte dos mantimentos é feito a pé. É um trabalho árduo, cansativo, feito em etapas, em ciclos, para que haja fôlego. Nas primeiras vezes, você não tem um resultado aceitável tecnicamente. Ao mesmo tempo, já se nota na segunda ou terceira viagem uma compreensão maior do que significa logística. A demarcação no processo de mutirão propicia à comunidade a cobrança de um raciocínio mais lógico e de planejamento, a ter mais rigor nas ações, porque um erro significa atraso muito grande. As caminhadas são feitas a pé, a longas distâncias. O esquecimento de um produto, de um equipamento, provoca um atraso muito grande. No segundo erro, já se nota preocupação com isso. O objetivo maior do projeto é oferecer às comunidades esse tipo de experiência para capacitá-las a se autogerir no futuro.

P — Quantos índios participam desse trabalho? Eles recebem alguma coisa em troca?

JO — O trabalho é voluntário. Houve vários cursos de capacitação e desses cursos subressaíram alguns indivíduos mais qualificados, que são indicados pelas aldeias a participar do trabalho. Eles não têm nenhuma obrigação de ir. Porém, já se nota o empenho pessoal de muitos deles. Existe um grupo totalmente empenhado nisso. No caso, a participação é cíclica. Ou seja, as pessoas que vão fazer determinado trecho, ou determinada abertura de picada, trabalham um certo tempo e retornam às suas aldeias. Quando estão fora, os membros da aldeia assumem seu trabalho no roçado, na caça, na manutenção da sua família e há um revezamento nisso.



Roberto Liebgott

As técnicas repassadas por José Otávio (acima) são facilmente assimiladas pelos Kulina

